

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS SOB A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: REFLEXÕES
SOBRE A ADAPTAÇÃO DE CONTEÚDOS**

**THE DEAF EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSION:
REFLECTIONS ON THE ADAPTATION OF TEACHING MATERIAL**

**LA EDUCACIÓN DE SORDOS EN LA PERSPECTIVA DE INTEGRACIÓN:
REFLEXIONES SOBRE LA ADAPTACIÓN DE LOS CONTENIDOS**

*Luiz Antonio Zancanaro**
*Tatiane Maria Lui Zancanaro***

Resumo

Problemas de comunicação entre alunos surdos e professores que não têm conhecimento da Libras são freqüentes. Em escolas inclusivas, a mediação feita pelo intérprete mostra-se insuficiente para o desenvolvimento desses alunos. Este trabalho tem por objetivo expor algumas reflexões sobre as práticas pedagógicas de professores de turmas inclusivas e a forma pela qual os conteúdos são apresentados aos alunos surdos. A metodologia de pesquisa privilegiou um enfoque qualitativo por meio do uso de questionários aplicados aos professores regentes, aos alunos surdos e aos intérpretes de Libras. O estudo aconteceu em Escolas de Educação Municipal de Itajaí, Santa Catarina. Algumas das respostas obtidas por meio dos questionários indicaram o desconhecimento dos professores sobre a Libras e a cultura surda. Nessas escolas, também não se observou a prática de adaptação dos conteúdos, nem do uso de recursos visuais para facilitar o aprendizado dos alunos surdos.

Palavras-chave: adaptação dos conteúdos, língua brasileira de sinais, inclusão escolar.

Nas escolas regulares inclusivas é comum encontrar alunos surdos com dificuldades em estabelecer relações com seus professores que, na maioria das vezes, não conhecem a Língua de Sinais. Embora alguns tentem se comunicar com gestos ou por escrito, os problemas de comunicação são comuns, pois a língua de sinais apresenta uma estrutura diferente da língua oral. Em turmas inclusivas, os professores que não têm conhecimento da

* Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor de Libras da Prefeitura Municipal de Itajaí e professor do Instituto de Educação Superior Avantis. E-mail: juniorlz18@gmail.com

** Graduação em Pedagogia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Professora de Libras da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí - CEMESPI. E-mail: tatylui5@hotmail.com

Libras, Língua Brasileira de Sinais, podem recorrer ao intérprete, profissional que faz a mediação linguística e cultural entre ouvintes e surdos.

Neste trabalho buscou-se, em primeiro lugar, compreender como funciona a relação entre professores, alunos e intérpretes em um ambiente escolar inclusivo, para trazer, em seguida, algumas reflexões sobre a adaptação de conteúdos para os alunos surdos. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2014 em escolas municipais situadas na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Cada uma das turmas observadas tinha um aluno surdo, cursando o 4º ano do ensino fundamental. O objetivo da pesquisa foi verificar como os professores elaboram as suas práticas pedagógicas e se adaptam os conteúdos para os alunos surdos.

Para que adquiram o desenvolvimento da linguagem em uma turma inclusiva, é necessário que alunos surdos usem a Língua de Sinais como primeira língua. Com seu uso, o surdo tem a possibilidade de receber, diretamente em libras, as informações transmitidas no decorrer das aulas. Só assim, se valendo de uma língua de sinais, as crianças surdas terão oportunidade de, segundo Quadros e Schmiedt (2006, p.27):

[...] explorar toda a capacidade criativa que pode ser expressa por meio da sua língua e tornar possível o amadurecimento da capacidade lógica cognitiva para aprender uma segunda língua. Através da língua, as crianças discutem e pensam sobre o mundo. Elas estabelecem relações e organizam o pensamento. As histórias e a literatura são meios de explorar tais aspectos e tornar acessível à criança todos os recursos possíveis de serem explorados.

Portanto, a língua de sinais pode ser utilizada de forma lúdica para estimular o desenvolvimento e a aquisição da Libras pelas crianças surdas, especialmente por meio da contação de histórias. Para que isso aconteça, elas devem dominar sua língua materna, pois é com base nela que poderão desenvolver sua capacidade cognitiva, reter os conteúdos das disciplinas básicas e, posteriormente, aprender o português escrito como uma segunda língua. É importante ressaltar que o domínio precoce da língua de sinais é imprescindível para que os alunos surdos consigam se desenvolver plenamente.

O que se observa é que os professores das escolas regulares ainda desconhecem a língua de sinais, portanto, não estando preparados para trabalhar com alunos surdos. De fato, não se deve esquecer que uma turma inclusiva é um ambiente desafiador. Turmas mistas de surdos e ouvintes exigem metodologias distintas, utilizadas simultaneamente, o que torna o ensino uma tarefa complexa. Como estratégia para solucionar esse problema, as escolas

contam com a presença do intérprete de língua de sinais. Segundo Tuxi (2009), ao tentar delimitar as funções do intérprete educacional, cabe a esse profissional a função de traduzir do português para a Libras, contribuindo assim para a construção da identidade do aluno, que se reconhecerá como pessoa surda, respeitando a sua língua materna.

Na verdade, as práticas educacionais bilíngues ainda têm poucos registros. Dessa forma, no ambiente escolar inclusivo, ainda não parece clara a função do profissional intérprete. Com poucas informações sobre o assunto, a escola não compreende bem quais são as atribuições desses profissionais. As ambiguidades aparecem desde a redação de seus contratos, nos quesitos onde são especificadas as funções que deverão ser exercidas por eles. Ao trazer reflexões sobre a função dos intérpretes, Ampessan et al (2013) afirmam que a escola não compreende o fato de os intérpretes de Libras não exercerem função pedagógica. A realidade, porém, é que esses profissionais não são responsáveis pelos afazeres docentes. Eles não preparam aulas e nem atribuem nota aos alunos surdos. É importante que as funções dos intérpretes sejam bem definidas, legalmente, ficando estabelecida a diferença entre o papel do professor e do intérprete de Libras em sala de aula. Ampessan et al (2013, p.26), observam que “a atual forma de contratação dos intérpretes se dá pelo cargo de professor, mas com atribuições diferentes, pois não há outra forma de contratação para esse profissional em âmbito estadual. Por enquanto!”.

Uma das funções do intérprete é a adaptação de conteúdos por meio de uso de novos materiais, textos e imagens, sempre respeitando as particularidades da língua de sinais e utilizando práticas educacionais que considerem a realidade dos alunos surdos, sua cultura e história. Segundo Aranha (2000), a adaptação pode ocorrer, principalmente, de duas formas: com a priorização de alguns conteúdos, ou ainda, com a reformulação da sequência de apresentação desses conteúdos. O professor também pode optar por objetivos que atendam às necessidades de seus alunos surdos, utilizando novas estratégias pedagógicas, na busca de alcançar seus objetivos. O importante é saber avaliar o conhecimento adquirido pelo aluno, e o grau de importância do conteúdo para seu crescimento e aprendizagem expressiva.

Os surdos se diferenciam dos ouvintes, não somente pelo fato de não ouvir, mas por desenvolver potencialidades próprias. Utilizam uma modalidade de comunicação espaço-visual, a mais importante característica de sua cultura, que substitui, ao mesmo tempo, a sua audição e fala. De acordo com Silva (2013, p.8), “o que se observa na prática é que as propostas educacionais direcionadas para surdos não tem contribuído para seu pleno

desenvolvimento, apresentando uma série de limitações advindas em grande parte da falta de adaptação curricular”.

Nas escolas inclusivas, segundo Silva (2013), a prática diária apresenta uma proposta educacional que não tem contribuído para a aprendizagem dos alunos surdos. Raramente ocorre a adaptação de conteúdos e de métodos, para o pleno aprendizado desses alunos. O que se observa é que essas escolas não parecem focar na educação de seus alunos surdos. Uma forma mais efetiva de aprendizagem para surdos é o uso do sinal ou de imagens associadas às palavras. Também são úteis, para surdos e ouvintes, experiências práticas, uso de tecnologias visuais e vídeos legendados. De acordo com Rocha (2012, p.28), a adaptação curricular para alunos surdos torna-se possível quando:

[...] conteúdo, método, materiais e objetivos permanecerão os mesmos, necessitando apenas de se modificar a forma como o aluno experimentará – terá acesso – tal aprendizagem. Em outras palavras, em caso prático, citamos como exemplo a adaptação de material a alunos com deficiência visual. Para que eles tenham a mesma oportunidade de aprendizagem dos demais alunos, o conteúdo/unidade primordialmente apresentado em tinta (digitado, datilografado, escrito, etc.) deverá ser transcrito para Braille. Neste caso, modificou-se a forma de acesso; de uma forma inicial impossível de acesso à informação para uma maneira possível à sua leitura.

Se a Língua Portuguesa é a língua oficial do país, a Língua de Sinais é a língua, por direito, utilizada pelos surdos e reconhecida por lei (BRASIL, 2005). Os alunos surdos deveriam, portanto, receber o conteúdo escolar adaptado para a sua língua materna. Mas o que se observa é que somente o uso da língua de sinais no ambiente escolar não é suficiente. As práticas metodológicas devem ser pensadas, considerando a recepção dos conteúdos pelos alunos surdos, e devem ser construídas, levando em consideração as características de aprendizado dessas crianças.

A proposta de educação inclusiva prevê, dentro de uma mesma sala de aula, alunos com diferentes deficiências. Nesse contexto, evidencia-se uma questão: como atender alunos surdos em sala de aula comum, considerando o fato de apresentarem uma cultura diferente dos alunos ouvintes, além de possuírem uma língua visual-espacial que é a Libras? A existência de duas línguas diferentes em uma mesma sala de aula faz com que a inclusão tenha, como consequência, a aprendizagem de uma segunda língua por surdos e ouvintes. Os surdos aprendem o português e os ouvintes, a Libras. Esse aspecto revela a importância desse contato entre as duas línguas para a convivência de surdos e ouvintes em sala de aula.

O aprendizado da língua de sinais, assim como o seu ensino na sala de aula, devem ser pensados como propostas de inclusão e uma forma de respeito às peculiaridades do sujeito surdo. Seria desejável que professores e alunos dominassem a língua de sinais e, mais do que isso, conhecessem as particularidades dos surdos, especialmente a forma peculiar “de interagir e interpretar o mundo à sua volta” (RIBEIRO, 2013, p. 37). Para se sentirem motivados, os alunos surdos, assim como os ouvintes, precisam se reconhecer como participantes no processo de ensino e aprendizagem da escola regular. Segundo Lacerda et al (2013b, p. 186), “a Pedagogia é uma área do conhecimento que procura acompanhar os avanços tecnológicos e sociais”. Hoje, os inúmeros recursos visuais oferecidos pelas tecnologias de informação podem ser utilizados na educação, auxiliando o aprendizado e ampliando os conhecimentos sobre os conteúdos estudados, não apenas do aluno surdo, como também dos ouvintes.

Em cada uma das turmas inclusivas, onde foi realizada esta pesquisa, havia um aluno surdo cursando o 4º ano do ensino fundamental. Também participaram três professoras regentes e três intérpretes de Libras. Para a coleta de dados foi entregue a cada participante um questionário, com diferentes questões para professores regentes, alunos surdos e intérpretes de Libras. Também foram realizadas visitas de observação a essas escolas, com o objetivo de verificar como ocorre a interação entre professores, intérpretes e alunos surdos e de que forma acontecem as adaptações dos conteúdos.

O questionário direcionado aos alunos surdos, devido as suas dificuldades na escrita e na leitura do português, teve suas perguntas formuladas com questões objetivas, traduzidas para a língua de sinais. Os participantes da pesquisa serão denominados: aluno, professora e intérprete, sendo diferenciados pelos números romanos: I, II e III. Na análise que se seguiu à coleta de dados, buscou-se compreender de que forma ocorre a adaptação de conteúdos em turmas mistas de surdos e ouvintes. De acordo com Ribeiro (2013), no caso dos surdos, é preciso que o professor flexibilize a sua prática pedagógica por meio de adaptações de conteúdo, visando proporcionar aos seus alunos o acesso à aprendizagem.

No caso das professoras regentes, uma das perguntas foi sobre a adaptação curricular: “Você professora costuma adaptar as atividades para os alunos surdos?” A Professora I respondeu: “Não percebi a necessidade este ano”. A professora II afirmou o seguinte: “Não, porque temos intérprete”, dando a entender que somente a atuação do intérprete seria suficiente. A professora III afirmou: “Em alguns momentos sim, pois há esta necessidade”. A professora, no entanto, não esclareceu que adaptações foram feitas.

As três entrevistadas não demonstraram interesse em estabelecer comunicação direta com o aluno. Como não mantinham contato com comunidades surdas, não tinham a experiência necessária para trabalhar com um aluno surdo em sala de aula. Também não sabiam como proceder para adaptar os conteúdos. Os resultados apontam a falta de um trabalho em conjunto entre professoras e intérpretes de Libras.

Outra pergunta foi se sabiam da existência de cursos de formação continuada para professores que atuam com alunos surdos, por parte da instituição onde trabalham ou oferecidos pelo município. Duas professoras, a I e a II, disseram que não sabiam, enquanto a professora III respondeu: “Se oferecem, desconheço”.

De acordo com Oliveira (2012), a inclusão de alunos surdos exige novas posturas da escola, incluindo a necessidade de aperfeiçoamento dos professores e dos demais funcionários da instituição, através de cursos sobre educação de surdos. Cursos de Libras deveriam ser oferecidos com mais frequência e qualidade, para que pudessem influenciar de forma positiva os progressos de aprendizagem dos alunos surdos. O que se observa é que a maioria dos professores de classes inclusivas tem alguma dificuldade para relacionar-se com seus alunos surdos. Afirmam que esses alunos apresentam atraso na aprendizagem e que seu desenvolvimento é mais lento.

Em geral, os professores se acomodam com a presença do intérprete, imaginando, erroneamente, que essa estratégia é suficiente para a aquisição do conteúdo por parte do aluno. Segundo Lacerda (2013a), o intérprete de língua de sinais educacional atua juntamente com o professor, tendo suas responsabilidades para além da tradução e interpretação. Esses profissionais devem estabelecer uma relação com os professores regentes e, embora sua função principal seja a de interpretar os conteúdos da língua oral para a língua de sinais e vice-versa, acabam se envolvendo com as práticas educacionais, mas sem ocupar o papel do professor. Entre as tarefas do intérprete está a de orientar o professor sobre a importância das imagens e das experiências práticas com os alunos surdos.

O processo da interpretação simultânea de uma língua oral para a língua de sinais apresenta vários desafios e o profissional tem que, constantemente, avaliar a sua prática para melhor desenvolvê-la. Nesse processo, é importante a comunicação entre professor e intérprete, pois se o professor precisar de ajuda, o intérprete poderá contribuir com sua experiência em relação aos sujeitos surdos. No caso de uma narrativa, o intérprete de Libras pode ter como auxílio, em sua interpretação, imagens das personagens, disponibilizadas pelo

professor com antecedência. A localização das personagens no espaço, de maneira clara e organizada, assim como a utilização de expressões e movimentos que caracterizem essas personagens, facilitam aos alunos surdos a compreensão da narrativa. O fato de o intérprete ter conhecimento do conteúdo da aula antes que esta seja ministrada faz toda a diferença, pois ele saberá escolher, antecipadamente, os recursos visuais que farão a interpretação mais acessível. Cabe ao intérprete, portanto, auxiliar no esclarecimento sobre as adaptações possíveis dos conteúdos, colaborando com o professor, visto que o objetivo final é favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo.

No que diz respeito às atividades dos alunos, quando se perguntou aos surdos se suas atividades eram iguais às dos colegas ouvintes, os alunos surdos I, II, III afirmaram que eram iguais. Há, portanto, uma divergência entre a resposta dada pelo aluno III e a afirmação da professora III, que afirma adaptar as atividades em alguns momentos. Também é possível que o aluno surdo não tenha a percepção da importância de receber atividades diferenciadas e, por isso, rejeite o tratamento especial. Durante as observações realizadas em uma das turmas, houve um momento em que a professora entregou uma atividade adaptada ao aluno surdo e ele pediu que sua atividade fosse igual às de seus colegas ouvintes. Diante da solicitação do aluno surdo, a intérprete o orientou a copiar do quadro as atividades que haviam sido propostas ao restante da turma.

Todas as intérpretes entrevistadas eram graduadas em pedagogia e efetivas na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Itajaí. Quando questionadas sobre a adaptação das atividades para os alunos surdos, a intérprete I disse que adaptava quando necessário, “principalmente de uma cultura para outra”. A intérprete II respondeu: “Se houver necessidade, sim”. A resposta da intérprete III foi: “Difícilmente. Somente em casos extremos, se for comprovado que eles não terão a capacidade de fazer”.

Essas intérpretes acreditam que seu papel não é o de fazer adaptação de atividades, nem auxiliar os professores a formular atividades adaptadas para os surdos. No entanto, preocupam-se com o aprendizado dos alunos e os auxiliam quando necessário. A intérprete II comentou que faz adaptações quando há necessidade, mas não explicou como avalia ou reconhece a necessidade de adaptação. O mesmo ocorre com a intérprete III, ao afirmar que a adaptação somente era feita quando o aluno não tinha a capacidade de realizar a atividade original. Nesse caso, acreditamos que a adaptação deveria ter sido prevista, levando em conta

que, se o aluno não a desenvolveu, foi por não ter adequação ao seu nível de conhecimento. É importante que o intérprete esteja sempre atento ao nível da língua de sinais do aluno surdo.

Ao acompanharmos a atuação do intérprete de Libras, percebemos que esse profissional ultrapassa suas atribuições de comunicação, que é traduzir e interpretar do português para a Libras e vice-versa. Embora não seja sua responsabilidade adaptar os conteúdos, cuja função é do professor regente, o intérprete pode ajudar nessas adaptações. Ao colaborar, estará aprendendo, juntamente com o professor, e será mais valorizado profissionalmente. O que se espera é que, em breve, sua função seja considerada tão importante quanto a do professor, na educação de surdos.

A adaptação de conteúdos, ou flexibilização, contribui para o aprendizado dos alunos surdos, assim como o uso de metodologias que usam recursos visuais. Essa é uma estratégia de ensino que mostra ser eficiente não apenas para surdos, mas também para alunos ouvintes, visto que muitos têm dificuldades de aprender conceitos abstratos. Como exemplo, na disciplina de Ciências, em uma aula sobre órgãos internos, o professor pode utilizar recursos visuais para ilustrar o assunto, enquanto o intérprete media a informação na língua do aluno surdo.

As crianças surdas, em geral, deixam de ter acesso a muitas informações e a construção de seu conhecimento é prejudicada por essa falta de comunicação plena com seus parentes, em casa, e com os colegas, na escola. Os surdos não têm as mesmas experiências e orientações que as crianças ouvintes e isso deve ser levado em conta durante o planejamento das aulas.

No decorrer desta pesquisa, ao observar a relação e a interação entre professores, alunos surdos e intérpretes de Libras, percebemos que, em geral, os professores não percebem a necessidade de adaptar materiais para seus alunos surdos, normalmente, desenvolvendo suas atividades sem qualquer comunicação com o intérprete. Podem até ter consciência dessa necessidade, porém, muitas vezes, não têm tempo para realizar tal trabalho, ou não recebem apoio da instituição. Quando o professor reconhece as diferenças e as aceita, procura trabalhar os conteúdos de forma que sejam acessíveis a todos. Na sala de aula, é o trabalho do professor e do intérprete, unidos, que possibilita a inclusão. Ambos precisam atuar juntos no processo de aprendizagem do aluno surdo.

Gestores e diretores de escolas inclusivas, em parceria com a secretaria de educação podem oferecer cursos sobre inclusão, adaptação de conteúdo, atribuições do intérprete e do

professor. O desejável seria que todos na escola tivessem algum conhecimento acerca da língua que os alunos surdos utilizam e, da mesma maneira, que os professores tivessem conhecimento da Libras, da cultura surda e da identidade surda. Tal conhecimento possibilita a melhoria nas relações com os alunos surdos em suas atividades escolares.

Ao se pensar nas questões que envolvem a inclusão, é possível construir um panorama dos pontos positivos e dos pontos que precisam ser desenvolvidos nas práticas de ensino da educação fundamental. Compreendemos que hoje, nas escolas inclusivas, não há planos de aula preparados especificamente para surdos, todavia, um planejamento que levasse em conta a utilização de recursos visuais, como mapas, fotografias e imagens em movimento, beneficiaria a todos os alunos, tanto surdos quanto ouvintes.

Aceitar e respeitar a língua do surdo, entendendo as suas necessidades e a importância da adaptação de conteúdo para facilitar a apreensão por esses alunos, é um caminho para que possam aprender, mesmo com suas limitações. Na verdade, os alunos surdos precisam de métodos especiais que proporcionem seu amplo desenvolvimento e também devem participar de atividades que envolvam todos os alunos. O que não deve ser ignorado é que o aprendizado do aluno surdo depende do desenvolvimento de sua língua natural, ensinada como primeira língua. Sua aprendizagem acontece quando são respeitadas suas características culturais. A presença de alunos surdos em salas de aula de escolas inclusivas exige planejamento dos conteúdos com adaptações e estratégias motivacionais que contribuam para que a inclusão seja bem sucedida.

Abstract

Problems of communication between deaf students and teachers who have no knowledge of Libras are frequent. In inclusive schools, mediation, made by the interpreter, proves to be insufficient for the development of these students. This work aims to expose some reflections on the pedagogical practices of inclusive classrooms of teachers and the way in which content is presented to the deaf students. The research methodology privileged the qualitative approach through the use of questionnaires to school teachers, the deaf students and Libras interpreters. The study took place in Municipal Schools of Education, in Itajaí, Santa Catarina and some of the responses obtained through the questionnaire indicated lack of teachers on the Libras and deaf culture. In these schools, also did not observe the practice of adapting the content or the use of visual aids to facilitate learning of deaf students.

Keywords: adaptation of the contents, brazilian sign language, school inclusion.

Resumen

Los problemas de comunicación entre los estudiantes sordos y los profesores que no conocen la lengua de signos (LSE) son frecuentes. En las escuelas integradoras, la mediación realizada por el intérprete resulta insuficiente para el desarrollo de estos estudiantes. Este trabajo pretende recoger algunas reflexiones sobre las prácticas pedagógicas de profesores en aulas integradoras y la forma en la que los contenidos se presentan a los estudiantes sordos. La metodología de investigación ha proporcionado un enfoque cualitativo mediante el uso de cuestionarios respondidos por los profesores de las escuelas, por los estudiantes sordos y por los intérpretes de LSE. El estudio se llevó a cabo en escuelas municipales de Itajaí, en Santa Catarina. Algunas de las respuestas obtenidas en dichos cuestionarios indicaban la falta de conocimiento de profesores sobre la lengua de signos y la cultura sorda. En estas escuelas, también se ha constatado la falta de adaptación de los contenidos para los alumnos sordos y la falta de recursos visuales que les faciliten el aprendizaje.

Palabras clave: adaptación de contenidos, lengua de signos brasileña, integración escolar.

Referências

AMPESAN, João P. et al. **Fundação intérpretes educacionais de Libras:** orientações para a prática profissional. Florianópolis: DIOESC, 2013.

ARANHA, Maria S. F. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2013a.

LACERDA, Cristina B. F. de (Org.) et al. **Tenho um aluno surdo, e agora?** - introdução a Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013b.

OLIVEIRA, Fabiana B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 2012. Disponível em <<http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/view/271/0>>. Acesso em: 27 out. 2014.

QUADROS, Ronice M. de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RIBEIRO, Veridiane P. **Ensino de língua portuguesa para surdos:** percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas. Curitiba: Prismas, 2013.

ROCHA, Andreia de Lima Campos. **Elaboração de material didático: uma necessidade na educação de surdos.** 2012. 46f. TCC (Especialização em Libras) - Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Libras, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ucb.br/jspui/handle/10869/988>>. Acesso em: 12 dez 2013.

SILVA, Ianê de A. Inclusão escolar: adaptação curricular para alunos surdos. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Petrópolis, n. 11, jun. 2013. Disponível em: <[http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/6\)%20Silva%20REVISTA%2011.pdf](http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/6)%20Silva%20REVISTA%2011.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TUXI, Patrícia. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental.** 2009. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.apilrj.org.br/artigos/PatriciaTuxi.pdf>>. Acesso em: 25 mai 2014.